

União Europeia e Índia criam mercado de 2 bilhões de pessoas

Acordo é considerado a 'mãe de todos os tratados', tamanha sua relevância

Por Folhapress

A Índia e a União Europeia anunciaram um acordo comercial histórico que vinha sendo debatido há quase duas décadas. O tratado deve criar um mercado comum de 2 bilhões de pessoas e deve encerrar com a cobrança de US\$ 4 bilhões em tarifas nas exportações dos países europeus.

O pacto, anunciado por Bruxelas como o maior já concluído por qualquer um dos lados, reduzirá ou diminuirá tarifas sobre 96,6% das exportações da UE para a Índia, reduzindo os custos de mercadorias, incluindo carros, álcool e maquinário. Setores agrícolas sensíveis para ambos os lados, como laticínios, açúcar e algumas carnes, permaneceram intocados.

Os dois lados buscam ainda se proteger contra as relações instáveis com os Estados Unidos. O acordo abrirá o caminho para que a Índia abra seu vasto e protegido mercado para o livre comércio com a UE de 27 países, seu maior parceiro comercial.

"As pessoas em todo o mundo estão chamando esse acordo de 'a mãe de todos os acordos'. Esse acordo trará grandes oportunidades para os 1,4 bilhão de pessoas da Índia e para milhões de pessoas na Europa", afirmou o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi.

"Caro primeiro-ministro, seguimos. Entregamos a mãe de todos os acordos comerciais", afirmou a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ao premiê indiano, Narendra Modi.



Acordo entre a União Europeia e a Índia é celebrando mundialmente com o novo mercado comum

diano. "Esta é uma história de dois gigantes - a segunda e a quarta maiores economias do mundo", complementou Von der Leyen.

O comércio entre a Índia e a UE foi de US\$ 136,5 bilhões (R\$ 720,08 bilhões) no ano fiscal até março de 2025. A assinatura formal do acordo entre a Índia e a UE ocorrerá após uma análise jurídica que deve durar de cinco a seis meses, disse uma autoridade do governo indiano ciente do assunto.

As reduções tarifárias de Nova Délhi fazem parte dos esforços de Modi para abrir a economia protegida do país e atrair investimentos. A UE coletivamente é o maior parceiro comercial da Índia, com

comércio bilateral de bens e serviços valendo mais de 180 bilhões de euros (R\$ 1,12 trilhão) por ano, segundo Bruxelas.

O acordo ofereceu "um alívio" aos exportadores indianos "que enfrentam uma taxa tarifária básica acentuada de 50% nos EUA, outro importante destino de exportação da Índia junto com a Europa", disse Alexandra Hermann, economista-chefe para a Índia na Oxford Economics.

O que muda?

Ela observou que as taxas da UE sobre têxteis indianos - um dos setores mais atingidos pelo regime tarifário dos EUA - seriam reduzidas de mais de 10% para 0%.

Sob o acordo, as taxas indianas sobre carros da UE serão gradualmente reduzidas de 110% para 10%, com uma cota de 250 mil veículos por ano.

Tarifas de até 44% sobre maquinário, 22% sobre produtos químicos e 11% sobre produtos farmacêuticos serão majoritariamente eliminadas. Taxas sobre aço e ferro de até 22% também serão eliminadas gradualmente ao longo de um período de 10 anos.

As cobranças extras de mais de 36% sobre produtos alimentícios da UE serão reduzidas ou removidas, disse o bloco, enquanto as sobre vinho serão cortadas de 150% para 75% e eventualmente para níveis

tão baixos quanto 20%.

As tarifas sobre azeite de oliva também cairão de 45% para 0% ao longo de cinco anos. Aquelas sobre produtos agrícolas processados, como pão e confeitaria, de até 50% serão eliminadas.

Em troca, mais de 99% das exportações indianas, no valor de cerca de US\$ 75 bilhões (R\$ 395,65 bilhões), ganharão status de entrada preferencial na UE, afirmou o ministério do comércio de Nova Délhi. O acordo também apoiará o comércio fortalecendo a cooperação regulatória e simplificando os procedimentos aduaneiros, destacou.

A UE também prometeu 500 milhões de euros (R\$ 3,12 bilhões) para apoiar os esforços da indústria indiana para descarbonizar, depois que Nova Délhi buscou evitar o novo imposto de carbono do bloco sobre aço, produtos químicos e outros bens.

A indústria de laticínios indiana, um eleitorado politicamente importante que o governo indiano tem procurado proteger, foi excluída do acordo. Setores agrícolas sensíveis da UE, como carne bovina, frango, arroz, açúcar e etanol, também foram deixados de fora.

"Em uma era de guerras comerciais e coerção de grandes potências, Nova Délhi e Bruxelas escolheram não o recuo, mas o alinhamento", avaliou Brahma Chellaney, professor do think-tank Centro de Pesquisa de Políticas em Nova Délhi, chamando a relação Índia-UE de "uma âncora estratégica da ordem global do século 21".

Letalidade do Nipah vírus, em circulação na Índia, pode chegar a 75%

Um novo surto do Nipah vírus na Índia colocou o país em alerta. Segundo boletim epidemiológico mais recente do Programa de Emergências de Saúde da OMS (Escritório Regional para o Sudeste Asiático), em 12 de janeiro foram relatados dois casos suspeitos de infecção em Bengala Ocidental. O documento afirma que os pacientes - profissionais de saúde - são monitorados por uma equipe médica especializada.

Não houve registro de mortes no surto atual, porém, a taxa de letalidade do vírus Nipah é de 40% a 75%, segundo a OMS.

Investigações preliminares indicam que ambos podem ter sido expostos ao vírus durante uma visita de trabalho ao distrito indiano de Purba Bardhaman.

O último caso de infecção pelo patógeno em Bengala Ocidental havia ocorrido em 2007.

Segundo a OMS, o governo de Bengala Ocidental implementou medidas preventivas para evitar a propagação da doença. Uma equipe de resposta a surtos foi enviada ao local para apoiar a contenção do vírus. O Centro Nacional de Controle de Doenças do governo indiano está fornecendo suporte técnico, logístico e operacional para o gerenciamento e a prevenção de surtos.

A vigilância foi intensificada nos distritos de Purba Bardhaman, North 24 Parganas e Nadia, com o rastreamento de contatos de alto risco. A OMS já tinha classificado o Nipah vírus como prioritário, devido ao seu potencial de desencadear

uma epidemia.

Para Evaldo Stanislau de Araújo, infectologista do Hospital das Clínicas de São Paulo, o risco de o Nipah chegar ao Brasil é baixo, "quase zero".

"O histórico do vírus é de transmissão inter-humana, mas o número de reprodução é baixo, de 0,3 aproximadamente. E os perfis de maior risco são os profissionais de saúde, que têm um contato prolongado, eventualmente, com o paciente", afirma.

Segundo Araújo, com o uso de medidas de proteção habitual, máscara, equipamentos de proteção individual, higiene das mãos, é improvável que um surto localizado, se extrapole para outra região.

"Seria uma possibilidade o vírus sofrer mutação, que dê a ele uma

capacidade maior de patogenicidade, mas isso é especulativo, não tem nenhuma evidência que vá acontecer. É necessário que tenham ações de vigilância e contenção, mas sem alarde. O problema é muito mais restrito aos focos na Ásia", explica o infectologista.

Em nota, o Ministério da Saúde do Brasil disse que não há risco de pandemia, mesmo que o Nipah esteja classificado pela OMS como de alta patogenicidade. O órgão mantém protocolos de vigilância e resposta de emergência para agentes altamente patogênicos, em parceria com instituições como o Instituto Evandro Chagas e a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), com participação da Opas (Organização Pan-

-Americana de Saúde).

O Nipah é um vírus zoonótico

(passado de animais para humanos) e que também pode ser transmitido por alimentos contaminados ou diretamente entre as pessoas.

Foi reconhecido pela primeira vez no final da década de 1990 durante um surto em criadores de porcos na Malásia. Os sintomas são febre, dores de cabeça, muscular, de garganta e vômito. Os iniciais podem ser seguidos por tontura, sonolência, alteração da consciência e sinais neurológicos que indicam encefalite aguda.

As pessoas também podem apresentar pneumonia e problemas respiratórios. Encefalite e convulsões ocorrem em casos graves - progressão para o coma ocorre de 24 a 48 horas.

Por Patrícia Pasquini
(Folhapress)